

Apresentação do Programa

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 9 eixos prioritários.

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam

para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

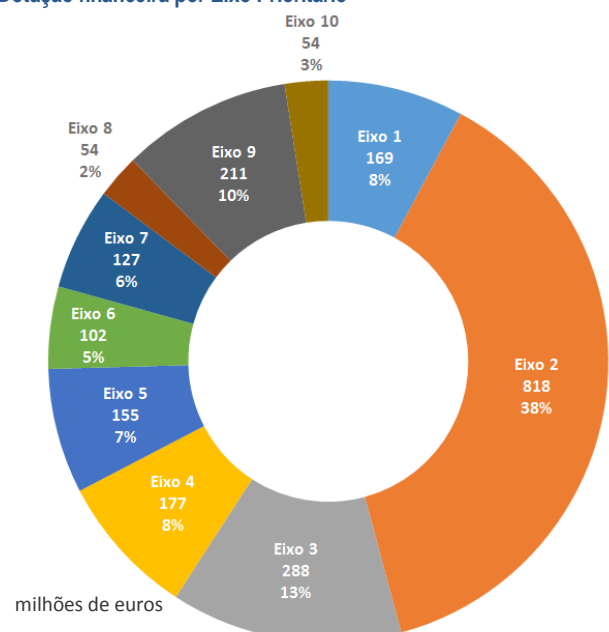
Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1,751 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE).

Dotação financeira por Eixo Prioritário



Síntese da execução global e por eixo prioritário

Durante o exercício de 2015 foram publicados os regulamentos específicos e submetidos à apreciação do Comité de Acompanhamento os critérios de seleção a aplicar às candidaturas.

O ano de 2015 foi o de arranque efetivo do Centro 2020, com o início da publicação de avisos de abertura de concurso e aprovação de candidaturas, tendo sido prioritário o domínio temático da Competitividade e Internacionalização, em particular os apoios às empresas por via dos Sistemas de Incentivos.

No final de 2015, estavam aprovadas 936 operações, nos eixos prioritários 1, 2 e 6, que totalizam 234,9 M€ de investimento elegível e 137,9 M€ de FEDER. Destes montantes, 234,2 M€ (investimento elegível) e 137,4 M€ (FEDER) correspondem a 929 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão nos Sistemas de Incentivos.

O **Eixo prioritário 1**, com 47 operações aprovadas na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, tem 3,1% da sua dotação comprometida (5,2 M€ de FEDER aprovados face aos 168,7 M€ de dotação).

No **Eixo prioritário 2** foram aprovadas 882 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e Instrumentos Financeiros (IF), num total de 226,4 M€ de investimento elegível, que permitiram comprometer 16,16% da dotação do eixo (132,2 M€ de FEDER aprovado relativamente aos 818,2 M€ de dotação). Este eixo contribuiu com 95,81% para o fundo aprovado no PO.

De referir 2 candidaturas aprovadas neste eixo, promovidas pela Instituição Financeira de Desenvolvimento relativas a IF, num total de 88,6 M€ de investimento elegível e 50 M€ de FEDER (30 M€ no Fundo de Capital & Quase-Capital e 20 M€ no Fundo de Dívida & Garantias), que permitem o acesso das PME a financiamento por capitais alheios, de forma competitiva e sujeita a uma análise de risco apropriada.

O **Eixo prioritário 6** inclui 7 operações aprovadas com um investimento elegível de 733,7 mil € e 623,7 mil € de FEDER, respeitantes a Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável.

Apesar de não se registarem aprovações de candidaturas FSE no PO, importa referir que existem intervenções na Região Centro cujo financiamento tem origem nos PO Temático Capital Humano (CH) e Inclusão Social e Emprego (ISE). Até 31/12/2015 foram aprovados na Região 190 M€ de FSE destinados a ações de formação, envolvendo cerca de 48 mil participantes, no âmbito do PO CH. No âmbito do PO ISE, o montante de FSE já mobilizado na Região é de 48 M€ destinados a ações da Iniciativa Emprego Jovem (74% no financiamento de estágios e 26% em apoios à contratação).

A 31/12/2015 o Centro 2020 não apresentava ainda execução.

No que se refere às abordagens territoriais foram comprometidos: 315,6 M€ relativos às Intervenções Territoriais Integradas (ITI), resultado do processo de negociação com as Comunidades Intermunicipais (CIM) que terminou com a assinatura, a 31/08/2015, dos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT); 43 M€ afetos às Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), no âmbito dos Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), cujos contratos foram assinados em 27/01/2016 (rurais) e 15/02/2016 (costeiros), bem como 10 M€ no convite para apresentação de Programas de Ação aos PROVERE em processo de reconhecimento na região.

Resultados alcançados

No que se refere aos indicadores de execução destacamos os apoios concedidos às empresas, com contratos celebrados, designadamente:

- No domínio da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) o apoio a 14 empresas individuais ou em copromoção e de inovação produtiva (empresas não PME);
- A dinamização do empreendedorismo concretizou-se através do apoio a 8

novas empresas com a possibilidade de criação de 168 novos postos de trabalho;

- O reforço da competitividade das empresas através do apoio à internacionalização (114 empresas), à qualificação e à inovação produtiva das PME (407 empresas) permitirá a criação de 829 empregos e um investimento induzido privado de 103 M€.

- Se contabilizarmos, também, os apoios concedidos através de Vales de I&DT e de Internacionalização, nos Eixos 1 e 2 atingiu-se um total de 755 empresas envolvidas em contratos já celebrados.

Relativamente aos indicadores de resultado FEDER, verifica-se uma melhoria em praticamente todos aqueles em que foi possível ter informação mais recente, mais concretamente os que pretendem medir os resultados de investimentos em investigação e desenvolvimento ("despesa das empresas em Investigação e Desenvolvimento no Valor Acrescentado Bruto"), no aumento da capacidade exportadora ("valor das exportações no volume de negócios das PME"), na atividade turística ("dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros") ou ainda na capacitação institucional das entidades regionais ("indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos").

Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Entre as principais condicionantes ao arranque efetivo do Programa poderão ser colocadas as seguintes:

- O longo processo de negociação e a aprovação do PO concluiu-se apenas em dezembro de 2014;
- A transposição das tipologias e elegibilidades dos vários PO para o mesmo Regulamento Específico foi um processo complexo;
- A existência de um único ponto de entrada para os beneficiários implicou um esforço na interoperabilidade entre sistemas de informação;
- O facto de o PO ser plurifundos (FEDER e FSE), obriga a um esforço de adaptação dos procedimentos, formulários e dos sistemas de informação;
- O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do sistema de gestão e controlo revelou-se muito complexo dado o elevado número de entidades envolvidas;
- O exercício de mapeamento, isto é, o estabelecimento de prioridades nos investimentos nos equipamentos e infraestruturas acordados com a CE, é um processo moroso, dado o elevado número de envolvidos;
- Dificuldade na definição de um quadro regulatório no domínio da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, em particular na eficiência energética;
- Processo longo de implementação dos instrumentos financeiros, em particular no que concerne à avaliação ex-ante e aprovação da estratégia;
- Dificuldade dos beneficiários em apreender as novas regras;
- O atraso significativo no desenvolvimento do sistema de informação para as candidaturas do FSE;
- A implementação de uma metodologia baseada na aprovação de planos estratégicos (e.g. Política de Cidades) exige longos períodos de negociação, sendo que só é possível abrir avisos de concurso para as candidaturas após a aprovação das estratégias.

A AG adotou como principal medida de gestão uma estreita interação com os outros PO e com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, através da implementação de uma rede colaborativa. O novo quadro regulatório, cuja complexidade se fez sentir no arranque do programa, criou a necessidade de aumentar a partilha de informação e de tarefas, permitindo encurtar prazos e melhorar a capacidade de resposta. A Autoridade de Gestão procurou estar sempre próxima do beneficiário com a criação de uma estrutura dedicada: Gabinete de apoio ao Promotor. Até 31/12/2015 realizaram-se 133 reuniões com promotores, 81 sessões de divulgação, e responderam-se a 1.679 questões colocadas através de correio eletrónico e 838 por via telefónica.